

# Bracher reconhece: falta de acordo traz prejuízos

*Deinda  
Ext*

O presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, disse ontem que as perdas sofridas pelo Governo por não fechar um acordo da dívida externa do País com os bancos privados é de US\$ 60 milhões, "se for feito um cálculo baseado no mundo real". Para ele, os cálculos que atribuem perdas ao País de US\$ 500 milhões e até US\$ 1,5 bilhão "não passam de cálculos de sonhadores que se utilizam de parâmetros absolutamente inexistentes no mercado".

Bracher explicou que o cálculo de US\$ 60 milhões de perda pela não-realização de um acordo parte do que existe: "Nós teríamos que amortizar este ano US\$ 6 bilhões na forma do principal da dívida externa. Como não houve acordo com os bancos, esta conta de amortização foi na prática congelada,

mas incidindo sobre este montante os juros da "libor" e uma taxa de spread de cerca de 2%. Admitindo-se que este spread, num acordo bem sucedido, fosse reduzida em 1 ponto percentual, teríamos, então, um ganho de 1% de US\$ 6 bilhões, ou US\$ 60 milhões. Mantido o acordo para os anos seguintes, teríamos, então, um ganho de US\$ 60 milhões por ano. Este é o cálculo baseado na realidade, e no mundo do possível" — diz Bracher.

Já o cálculo que atribui uma perda ao País de US\$ 500 milhões, simplesmente considera a redução do spread de 1 por cento, mas para as amortizações dos próximos cinco anos, admitindo que a não negociar agora com os bancos, o Brasil passaria de cinco ou seis anos sem negociar nada, hipótese que não parece provável.

O cálculo que atribui uma perda de US\$ 1,5 bilhão vai mais longe ainda, ao admitir um ganho com a negociação de 1,75 por cento, aplicando este valor sobre todo o estoque da dívida de longo prazo, de aproximadamente US\$ 90 bilhões. Quer dizer — afirma — além de admitir que se pode negociar com os bancos uma redução de 1,75 por cento de spread, admite também que o Brasil jamais vai conseguir fechar um acordo com os seus credores, ad eternum.

Para o presidente do Banco Central, no momento está muito difícil um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em vista da exigência de monitoramento ao programa de ajuste econômico do País, coisa que o Governo do presidente Sarney considera inaceitável.

12 DE JULHO 1985

CORREIO BRAZILIENSE